



SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 4358, de 2023**, que *"Institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental e estabelece os requisitos para a concessão da certificação."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)	001; 002
Senador Paulo Paim (PT/RS)	003

TOTAL DE EMENDAS: 3





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº
(ao PL 4358/2023)

Dê-se à alínea “d” do inciso I do *caput* do art. 3º e ao art. 5º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 3º

I –

.....

d) promoção da conscientização direcionada à saúde mental de seus empregados;

.....”

“Art. 5º O Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental terá validade de 2 (dois) anos.

§ 1º O Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental poderá ser sucessivamente renovado após requerimento da empresa interessada.

§ 2º A renovação será decidida pela comissão de que trata o art. 4º desta Lei, por iniciativa da empresa interessada, após nova avaliação de conformidade das práticas da empresa interessada com as diretrizes estabelecidas no art. 3º desta Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 4.358, de 2023, é louvável iniciativa para se incentivar as empresas a adotarem políticas adequadas de promoção da saúde mental e do bem-estar de seus empregados e colaboradores. Sugiro dois aprimoramentos em relação ao texto.



Em primeiro lugar, a saúde mental é questão relevantíssima e afeta tanto homens como mulheres. Dados do Ministério da Saúde apontam que, em 2019, 78% dos casos de suicídio tiveram homens como vítima. Assim, é importante estender o critério de promoção de conscientização a todos os empregados e colaboradores da empresa, independentemente de serem homens ou mulheres.

Por fim, entendo ser importante deixar expresso no texto da lei que a renovação do selo pode ocorrer indefinidas vezes, de forma sucessiva, desde que a empresa interessada solicite a renovação e que a comissão certificadora nomeada pelo Ministério da Saúde ateste a conformidade de suas práticas com as diretrizes de promoção da saúde mental e do bem-estar previstas na Lei.

Sala das sessões, 26 de fevereiro de 2024.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)



EMENDA Nº
(ao PL 4358/2023)

Dê-se ao art. 5º do Projeto a seguinte redação:

“**Art. 5º** O Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental terá validade de 2 (dois) anos, renováveis sucessivamente por igual período.

Parágrafo único. A renovação deverá ser solicitada pela empresa interessada e será decidida pela comissão de que trata o art. 4º desta Lei, após nova avaliação de conformidade de suas práticas com as diretrizes estabelecidas no art. 3º desta Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo explicitar no texto que a renovação do selo poderá ocorrer sucessivamente. Assim, busca-se sanar eventual dúvida que possa surgir, deixando-se claro que as empresas que continuarão a poder contar com o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental se mantiverem políticas de promoção à saúde mental e ao bem-estar de empregados e colaboradores.

É importante que os incentivos sejam perenes, tendo em vista que a promoção da saúde mental envolve ações de caráter continuado, cujos resultados, muitas vezes, são mais pronunciados no médio e no longo prazo. Por meio da presente emenda, portanto, busca-se a melhoria do texto do projeto, de modo a garantir que o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental poderá continuar a ser usado por empresas que adotarem ações permanentes de melhoria da saúde mental.

Sala das sessões, 26 de fevereiro de 2024.



EMENDA Nº
(ao PL 4358/2023)

Dê-se ao art. 4º do Projeto a seguinte redação:

“**Art. 4º** A concessão do Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental será realizada por comissão certificadora nomeada pelo governo federal, nos termos do regulamento, que terá a atribuição de aferir a conformidade das práticas desenvolvidas pela empresa para a promoção da saúde mental de seus colaboradores com as diretrizes estabelecidas no art. 3º desta Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda de redação tem por objetivo alterar o artigo 4º do presente Projeto de Lei para substituir o termo “Ministério da Saúde” pelo termo “Governo Federal”.

Desta forma, ampliamos a possibilidade de que a Comissão Certificadora seja nomeada por outros órgãos do Governo, preservando a autonomia da Administração Pública Federal.

Sala das sessões, 28 de fevereiro de 2024.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)

